



JOSÉ ALMINO DE ALENCAR

Joaquim
Nabuco:
a história
em primeira
pessoa

**JOSÉ ALMINO DE
ALENCAR**
é sociólogo e
pesquisador da
Fundação Casa de
Rui Barbosa.

N

abuco é quase um clichê da nossa história ou da história dos intelectuais no Brasil: membro da elite que se interessa pela causa dos oprimidos, literato diletante

que se ocupa de assuntos políticos, estudioso e polemista que se dedica a pensar sobre os destinos do país. Melancólico, impaciente, eventualmente frustrado, quase sempre em uma atitude posada, misto de arrogância e de distância desencantada; e, forçando um pouco a mão, narcisista e autocomplacente, dir-se-ia inspirado (e muito provavelmente o era) no modelo romântico do político e intelectual tal como fora vivido, por exemplo, pelo visconde de Chateaubriand, figura referencial para sua geração. Manifestando-se frequentemente diante dos acontecimentos políticos, ora com destemido vigor – assim foi na campanha abolicionista –, ora com um desencanto altivo – como no ambiente desfavorável dos primeiros tempos da República –, vemo-lo hesitar, no curso da sua carreira, entre o ativismo político entusiasmado, a renúncia à vida pública, a aversão e a tentação do recolhimento estudioso do escritor.

A Proclamação da República inaugura um de seus períodos de desencanto, quando ele renuncia a postular uma cadeira nas eleições para a Assembleia Constituinte em novembro de 1890. “Sou [...] forçado a pedir-vos que me dispenseis de associarme à fundação da República, porque me considero para isso política e moralmente impróprio”¹ é o que diz na mensagem enviada aos eleitores pernambucanos. Completara 41 anos no mês de agosto e renunciava à política ou, pelo menos, abandonava a *politique politiciéene*: as eleições, as articulações parlamentares e as combinações partidárias que haviam ocupado duas gerações de sua família². Enfim, aquelas mesmas práticas que o ajudaram a ser eleito para a Assembleia Nacional como

representante de Pernambuco por quatro vezes, entre 1878 e 1889.

Em *Minha Formação*, ele afiança não ter guardado da política “nenhuma decepção, nenhum amargor, nenhum ressentimento” (Nabuco, 1952, p. 276). Para ele, as eleições e a tribuna no Parlamento haviam sido instrumentos da luta abolicionista, essa sim uma escolha que o vivificara, o elemento real a quebrar “o jardim encantado do Oriente, as formas enganadoras de existências petrificadas” (Nabuco, 1952, p. 275), que caracterizavam as escaramuças pelo poder e os duelos de oratória. E tira uma lição, enunciada com simpática franqueza: “Ah! O que não recebi nesses anos de luta pelos escravos! Como os sacrifícios que por vezes inspirei foram maiores do que os meus! Eu tinha a fama, a palavra, a carreira política...” (Nabuco, 1952, p. 269).

A “passagem pela política”³, na qual ele percebe que a luta antiescravista constitui, e sem nenhuma dúvida se tornará com o passar dos anos, o ponto culminante da sua biografia, deixou uma marca nostálgica, saudades de uma generosidade ainda possível entre as elites para com “o quadro doloroso do sacrifício ingênuo dos simples” (Nabuco, 1952, p. 275): “E no dia que a escravidão foi abolida, senti distintamente que um dos mais absolutos desinteresses de que o coração se tenha mostrado capaz não encontraria mais as condições que o tornaram possível” (Nabuco, 1952, p. 232).

Apesar da veemência da rejeição ao novo regime, durante o governo Campos Sales, Nabuco é nomeado pela República chefe da Legação brasileira em Londres. Continua reafirmando a sua posição de monarquista, mas se impacienta com as críticas que recebia de seus correligionários por ter aceitado a incumbência. Em carta ao barão Homem de Mello, a elas reage de maneira tipicamente altaneira, revertendo o ciclo do recolhimento: “Guardei o luto da Monarquia por dez anos. Pareceu-me bastante” (apud Nabuco, 1929, p. 319).

Entre 1889 e 1899, Nabuco se dedica, sobretudo, à atividade intelectual, escrevendo artigos para jornais e revistas, preparando a monumental biografia de seu pai, publican-

1 “Resposta às Mensagens de Recife e Nazaré” (cf. Nabuco, 1929, p. 265).

2 José Tomás Nabuco de Araújo (S. Pedro Velho, BA, 1785 – Salvador, BA, 1850), avô de Joaquim Nabuco, foi presidente das províncias da Paraíba (1831) e do Espírito Santo (1836). Seu filho, de mesmo nome, José Tomás Nabuco de Araújo (Salvador, BA, 1813 – Rio de Janeiro, RJ, 1878) foi ministro da Justiça nos gabinetes de Paraná (1853-1856), de Caxias (1856-1857), de Abaeté (1858-1859) e no último de Olinda (1865-1866). Conselheiro de Estado em 1866, acabou tornando-se uma das vozes mais destacadas do Partido Liberal.

3 Título do capítulo XXIII, de *Minha Formação*.

do trechos de suas memórias. Muitos desses escritos trazem a marca de uma reflexão analítica intensa sobre a história brasileira, sua evolução social, seus impasses políticos e institucionais. “Toda a sua obra encaixa-se nesse período”, diz sua filha e biógrafa, excluindo, não por acaso, o seu livro *O Abolicionismo* e os seus discursos políticos, nos quais identificava apenas material de campanha, opinião, aliás, da quase totalidade dos seus contemporâneos e que não foi revista senão muito mais tarde⁴.

Sob essa perspectiva, o itinerário político e intelectual de Nabuco é muitas vezes traçado, de maneira sumária, entre dois polos. Um início, destemido, no qual a militância abolicionista o faz enfrentar a sociedade brasileira, como um Rastignac, dandinoso e romântico, que lançasse um desafio à “instituição nefanda” e aos seus representantes: “*A nous deux, maintenant*”. Depois do 15 de Novembro, marginalizado como monarquista, teriam agido “os atavismos de classe, e ele passou ao liberalismo atenuador de um estadista do Império, elaborado longe do povo, em diálogo tácito com as sombras de um passado que interferiu nas suas ideias” (Candido, 1995, p. 274).

Durante o período da sua militância abolicionista, Nabuco não apenas foi o tribuno combativo, mas aparece também como “o primeiro a articular numa visão da sociedade a intuição segundo a qual o regime servil é a variante sociológica que a explica de maneira mais abrangente [...], aquela que ilumina mais poderosamente o nosso passado”. “Com referência à escravidão é que se definiu entre nós a economia, a organização social e a posição das classes e das ordens, a estrutura do estado e do poder político, o próprio sistema de ideias” (Nabuco, 1997, p. 1.324).

Tudo isso em um pequeno livro de 1883 – *O Abolicionismo* –, no qual aponta o caráter predatório e a natureza economicamente estagnante do regime servil, em termos que se tornaram comuns na literatura sociológica contemporânea.

A maior parte das terras era monopolizada pelos proprietários de escravos, em grandes glebas, destinadas, sobretudo, a uns

poucos produtos de exportação. A exploração extensiva exauria o solo, a concentração de riqueza inibia a criação de indústria, do pequeno comércio e o aparecimento de camadas médias. O universo urbano era pouco diferenciado, constituído na sua maioria de centros administrativos.

Atados a um produto único de exportação, sujeito a variações de preço, quase sempre endividados pela compra de escravos ou por seus hábitos de consumo luxuoso, os proprietários se colocavam frequentemente na dependência dos bancos ou dos comerciantes exportadores, tornando precária até mesmo a condição de senhor de terra. No regime servil, o Estado, sendo a única associação ativa, aspira e absorve pelo imposto e pelo empréstimo todo o capital disponível e o distribui, entre os seus clientes, pelo emprego público, sugando a economia do pobre pelo curso forçado, e tornando precária a fortuna do rico; como consequência, o funcionalismo é a profissão nobre e a vocação de todos (Nabuco, 1997, p. 180). A classe de funcionários vira o abrigo dos descendentes das antigas famílias escravistas que tiveram suas fortunas diminuídas pelo processo de divisão hereditária, comprometidas por dívidas ou por estarem enfiadas em alguma região economicamente decadente. O funcionalismo era também “o viveiro político, porque abriga todos os pobres inteligentes [...], os que têm ambição e capacidade, mas não têm meio, e que são a grande maioria dos nossos homens de merecimento” (Nabuco, 1997, p. 180).

A escravidão permearia por inteiro o tecido social, subordinaria todas as hierarquias aos seus interesses, amesquinaria ou praticamente anulava a política. O peso da inércia escravocrata só poderia ser quebrado por um fator, digamos assim, externo: a vontade política de uma elite, erguida a partir da militância de uma aristocracia do espírito, capaz de vir a romper com o sistema e a aboli-lo. Esse é o fundamento do *mandato da raça negra*⁵, reivindicado por Nabuco para os abolicionistas.

Diante do caráter incipiente dessa aristocracia, egressa dos favores da administração e que dependia para subsistir do poder do

4 Antonio Candido assinala que teria sido Paula Beiguelman, ainda na década de 1950, quem primeiro insistiu na importância da interpretação sociológica contida no seu livro *O Abolicionismo*, até então definido, inclusive por seu autor, como um simples panfleto de combate.

5 “O mandato abolicionista é uma dupla delegação, inconsciente da parte dos que a fazem, mas, em ambos os casos, interpretada pelos que a aceitam como um mandato a que não podem renunciar. Nesse sentido, deve-se dizer que o abolicionista é o advogado gratuito de duas classes sociais que, de outra forma, não teriam meios de reivindicar os seus direitos, nem consciência deles. Essas classes são: os escravos e os ingênuos. [...] No Brasil, o abolicionismo é antes de tudo um movimento político, para o qual, sem dúvida, poderosamente concorre o interesse pelo escravo e a compaixão pela sua sorte, mas que nasce de um pensamento diverso: o de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade” (Nabuco, 2000, pp. 21-3).

Estado acima da massa civicamente inerte dos escravos, no mundo da “pólis, levanta-se dominando as tendas dos agiotas políticos [...], a estátua do imperador, símbolo do único poder nacional independente e forte” (Nabuco, 2000, pp. 193-4).

De um diagnóstico radical sobre a estrutura social brasileira, Nabuco infere uma conclusão política conservadora: as transformações civilizadoras só poderiam vir “de cima”. E, prolongada essa visada, depois do 13 de Maio, tendo a Coroa sancionado a causa abolicionista, e quando o prestígio do monarca ganhara *o coração da pátria*, caberia à Monarquia conduzir o processo de democratização mais adiante – envolvendo o conjunto da população, inclusive os ex-escravos⁶ – à força de audácia e de resolução política. Esse projeto, segundo ele, frustrara-se com a Proclamação da República.

Ao se afastar da vida política durante a década de 1890, Joaquim Nabuco vai escrever textos... políticos, em que dramatiza a narrativa histórica através da análise da vida ou de comportamentos de indivíduos excepcionais: ele mesmo, em *Minha Formação* (1900); seu pai, o senador José Tomás Nabuco de Araújo, em *Um Estadista do Império* (1896); e em *Balmaceda* (1895), no qual ele conta a guerra civil que precedeu a deposição e depois o suicídio de um presidente chileno, Balmaceda Fernández, em 1891. O conjunto desses três livros⁷ compõe o núcleo dos escritos históricos e políticos de sua maturidade. O seu contemporâneo José Veríssimo dirá que:

“O seu trabalho histórico [...] é apenas de crítica e de generalização [...] A história para ele não é mais que a política em teoria, dela o que lhe interessa é a parte contemporânea, cujos atores ainda conheceu e de cujos atos sente ainda os contrachocos. [...] A desenterrar a história do pó dos arquivos como, para não sairmos da nossa língua, Herculano, ele preferira animá-la com o seu pensamento, com a sua crítica, com a sua generalização, como Oliveira Martins” (Veríssimo, 1973, p. 1.304).

Em Nabuco, portanto, não se deveria procurar o historiador, mas o político e, acrescenta Veríssimo, também o literato.

Nesse sentido, Silviano Santiago (2004, p. 11) caracteriza *Minha Formação* como uma série de ensaios ficcionalizados, e a mesma expressão poderia ser aplicada aos outros três trabalhos. Em todos eles está presente a busca de uma combinação daqueles dois ângulos que regem – é o que nos diz Antonio Candido – a visão do escritor: “[...] o de subjetivismo que investiga a realidade como algo subordinado à consciência e um outro de objetividade que põe a consciência a serviço de uma realidade considerada algo existente fora dela” (Candido, 2004, p. 33). Em *Balmaceda*, a narrativa centrada em um personagem principal é quase que conduzente a esse exercício e toma frequentemente uma forma romanesca – entremeadas de comentários e análises, em um ritmo atraente, envolvente, que nos faz seguir sem pena os conflitos entre as facções políticas chilenas, as manobras militares do embate entre o Parlamento e o Executivo e o drama de Balmaceda, sua queda e seu suicídio.

A escrita memorialística e as biografias que Nabuco escreveu são diálogos com o seu tempo e com as alternativas políticas que a sua geração enfrentava. Para ele e outros do pequeno grupo de elite que com ele dialogava, o autoexame e os projetos biográficos estavam imbricados com o destino que imprimiriam ao futuro da sociedade brasileira e da construção da posição dessa sociedade num mundo que se modernizava. Quando falam de si ou um dos outros, esses intelectuais falam quase sempre também da nação, “na medida em que se instituem como representantes de uma ‘vontade geral’ e portadores de um sentido comum a toda a sociedade” (Carvalho, 2002, pp. 877-8).

Enquanto em *O Abolicionismo* – supostamente um texto panfletário – Nabuco estabelecia um diagnóstico bastante elaborado da estrutura social brasileira, nas suas obras históricas, que traziam a pretensão do trabalho do estudioso, nós encontramos a marca da intenção política, do confronto com a época imediata: a primeira década republicana.

6 Antonio Candido assinala que em Nabuco o conceito de povo corresponde à totalidade da população branca ou negra, livre ou escrava, rica ou pobre, com o direito de se manifestar e de fazer as leis adequadas aos seus interesses, que são os interesses gerais. Daí o empenho em considerar a Abolição como vestibulo da cidadania, devendo estar ao Brasil uma situação correspondente ao que de fato era a sua realidade social e racial.

7 Ao qual devemos acrescentar *A Intervenção Estrangeira na Revolta de 1893* (publicado em 1896).

No seu discurso de posse como novo associado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 25 de outubro de 1896, Joaquim Nabuco dizia que a história do Brasil, ou melhor, a sua interpretação, atravessava

“[...] uma grave crise, cujo resultado podia ser sua ‘mutilação definitiva’. Os agentes dessa ação eram uma ‘escola religiosa’ [evidentemente os positivistas] que pretendia reduzir a história nacional a três nomes: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant. A questão de Nabuco, entretanto, não era a de negar o ‘direito’ a nenhum dos três como representantes gloriosos de nossa história. Ele não discute, inclusive, o lugar atribuído a Benjamin Constant, incontestavelmente o Fundador da República. Mas não concorda que Tiradentes ‘resuma em si o ingente esforço pela independência’, a ponto de não se valorizar ‘os heróis pernambucanos em 1817’, ou de que José Bonifácio fosse mais destacado que Pedro I, até porque aquele se ligava muito mais à independência do que ao passado imperial” (Gomes, 2004, p. 20).

O ano anterior havia sido decisivo para a consolidação da República instaurada pelo golpe militar de 15 de novembro de 1889. A posse de Prudente de Moraes em 15 de novembro de 1894 marcara o início do fim de um período de tensão e conflito que caracterizaram os dois primeiros governos republicanos, chefiados por marechais do Exército. O estabelecimento de um governo civil abre caminho para a pacificação entre as diversas facções da elite nacional. O momento era de congraçamento, de colaboração. “O dever do momento” – título de uma carta pública do, até há pouco monarquista, almirante Jaceguai⁸ dirigida a Nabuco – seria o de se integrar ao processo político de uma República enfim pacificada.

Para Nabuco, além das querelas entre regimes, o que estava em jogo naquele período, o seu objetivo maior, como deixa claro em *Balmaceda*, era a viabilidade de uma ordem liberal no Brasil e na América do Sul; um arranjo político possível que garantisse a estabilidade institucional, as

liberdades públicas e certa coexistência competitiva na classe política, seguindo o exemplo do que existira, a seus olhos, no reinado de Pedro II.

As críticas ao novo regime vinham de par com uma reavaliação positiva da Monarquia brasileira, um reexame das suas origens e do seu papel. No seu discurso de posse no IHGB tratava-se menos de proteger uma *galeria de nomes* e mais de combater as distorções, mutilações, que tais escolhas introduziam na história do país:

“[...] isso porque, para ele, o projeto positivista/jacobino, além de fazer datar nossa história da Independência, como se não existisse uma história portuguesa do país, pretendia criar entre a Independência e a República um deserto de quase setenta anos, ‘a que posso dar o nome de deserto do esquecimento’; [...] objetivava realizar uma ruptura entre Monarquia e República, e ignorando todo o progresso material então alcançado” (Gomes, 2004, p. 21).

Em *Balmaceda, Um Estadista do Império e Minha Formação*, Nabuco vai opor continuidade e reformismo à mudança revolucionária, identificada com o “jacobinismo” dos fundadores da nossa República e do presidente chileno deposto. Trata, assim, de restabelecer o que ele considera o sentido da herança depositada pela história nacional, e que deveria constituir a base sólida e natural do desenvolvimento político de países como o Chile e o Brasil, que conheceram o privilégio de haver acumulado alguma experiência democrática, *cultura social* que fora violada pelo *gênio sul-americano da ditadura* (Nabuco, 2008, pp. 42-3).

A década de 1890 assistirá ao desenvolvimento e à consolidação de uma interpretação revisionista da história da Monarquia brasileira que segue de perto as linhas gerais do diagnóstico de Nabuco, cujos ecos se encontram, por exemplo, embora de maneira ainda mais partidária, no grande balanço intitulado *A Década Republicana*, promovido pelo Diretório Monarquista e organizado pelo visconde de Ouro Preto. Essa interpretação se prolonga em *O Ocaso*

8 De 2 de setembro de 1895. O texto integral da carta pode ser encontrado em: Alencar & Pessoa, 2002, pp. 59-75.

do Império (1925), de Oliveira Viana, e constitui ainda a versão canônica de boa parte da historiografia brasileira.

Nela, põe-se de lado a longa duração do regime servil e sublinha-se a extinção pacífica da escravidão; faz-se abstração das revoltas regionais e salienta-se a consolidação da unidade nacional desenvolvida pela Coroa e mais: a obra de construção do Estado brasileiro, do sistema político-administrativo, o funcionamento continuado do Parlamento e de partidos políticos, em um regime no qual vigorava ampla liberdade de expressão. Por último, ao lado desse rol de feitos positivos gerados pelo realismo, quase nunca se deixa de mencionar a chance histórica de ter sido o regime conduzido por um monarca exemplar que teria realizado “o ideal da democracia antiga, o ‘governo do melhor homem’, – um reinado periclino de meio século”, no dizer hiperbólico de Nabuco (2002, p. 81).

Surgida de uma situação de crise do regime republicano brasileiro, essa linha de pensamento delineava as guias dentro das quais iam se criando um eixo narrativo da história nacional: procurava-se, talvez, como nos propõe Ângela de Castro Gomes, tentar “fundar a autoridade política na tradição, e não na força e no carisma, como nos lembra a tipologia weberiana” (Gomes, 2004, p. 217). Procurar-se-iam, portanto, elementos que permaneceram, no longo prazo, definindo o caráter original e a sustentabilidade da ordem política e social brasileira, para a qual teria sido notável a existência de uma monarquia. Enfim, esta última apontaria para uma continuidade do legado colonial – de resto já presente na *História Geral do Brasil* de Varnhagen – que manteria o país enlaçado à história dos países civilizados, atributo importante para que se firmasse um caminho em direção do progresso.

Em *Balmaceda*, algumas dessas questões são desenvolvidas e sistematizadas; sobretudo aquelas relacionadas ao tipo de regime político conveniente para os países americanos buscando uma resposta que reunisse estabilidade e liberdades civis. Examina-se essa problemática à

luz da nossa experiência comparada com a chilena.

No Brasil, uma monarquia, centrada em uma classe política oligárquica tolerante às liberdades públicas, havia sido abatida por um movimento armado. A instalação do regime republicano através de um golpe de Estado militar nivelava o país à maioria das nações americanas, entregues às diversas formas de caudilhismo, abertos a conflitos primitivos – e vulneráveis externamente. Na harmoniosa construção histórica em que veio constituir, a seus olhos, o Segundo Reinado brasileiro, a peça-chave seria o Poder Moderador, “a mais bela ficção no Direito Constitucional que imaginou Benjamin Constant” (Nabuco, 2008, p. 294). Era ele que possuiria a virtude de garantir o equilíbrio institucional. Mas a República vetou, aboliu o Poder Moderador, e o que se seguiu foi uma desorganização da política (Lessa, 1999, p. 67), a anarquia estadual decorrente do federalismo, instalado pelo novo governo, e a excessiva politização das forças armadas as quais levaram, por exemplo, à Revolta Federalista e à Revolta da Armada, no período Floriano. De resto, todo o continente careceria de uma instituição semelhante: “O que a América do Sul precisa é um extenso Poder Moderador, um Poder que exerça a função arbitral entre partidos intransigentes” (Nabuco, 2008, p. 214).

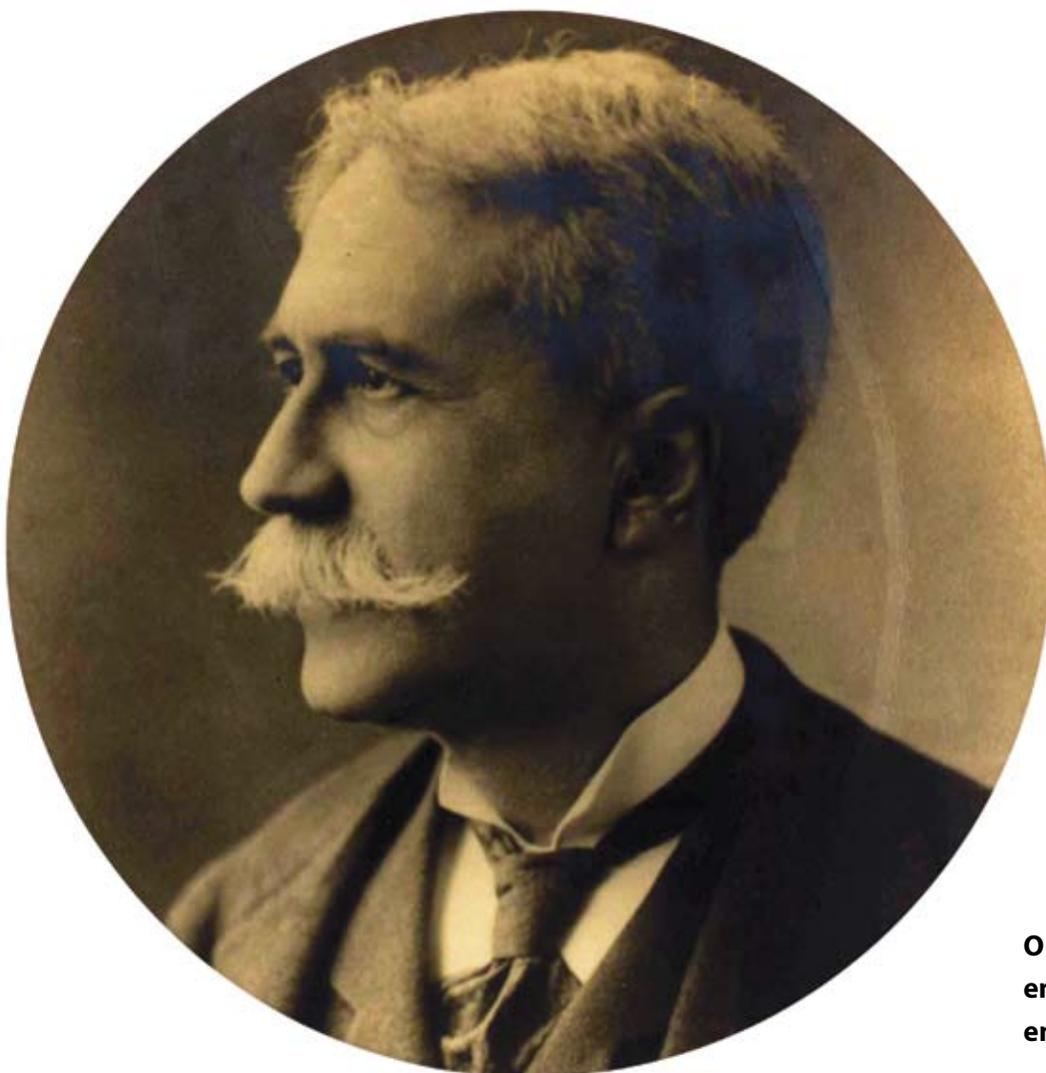
As virtudes do Poder Moderador, aliadas à sabedoria do monarca, haviam conseguido dirimir os conflitos políticos mais intensos, manter quase sempre afastados do governo do país os interesses mesquinhos, entretendo um sistema de participação política controlada e um clima de convivência civilizada entre as elites. Nabuco reconhecia que “a queixa contra a oligarquia, em um sentido, era real: quem não tivesse, em certa época, a boa vontade de Eusébio de Queirós, de Torres, de Paulino de Sousa desanimaria da carreira política”. E perguntava: “Qual é o modo, entretanto, de curar esse defeito do patronato, que não é do sistema parlamentar só, mas de todo e qualquer governo?” (Nabuco, 2008, p. 201).

O método radical, dizia, “é mandar abrir as portas para que todos entrem, como a República fez a 15 de novembro”, estabelecendo a competição desenfreada entre aqueles – relembrando a sua expressão – *agiotas políticos* e empurrando o poder para as mãos ditatoriais de um vencedor mais empenhado. Em carta ao barão do Rio Branco (de julho de 1890), ele desabafa:

“Entramos na série dos governos pessoais militares e daí virá a degradação do exército, a bancarrota pela ladroeira e pela especulação, como nas repúblicas do mesmo tipo, o governo nos ‘Estados’ de verdadeiros caudilhos, cercados de uma quadrilha de analfabetos, e por fim o desmembramento, se o sentimento nacional não reagir à última hora”.

Acima de tudo, Nabuco identificava na República brasileira um vício grave de origem: ela seria o resultado da conjunção entre a reação despeitada dos escravistas e de ideias jacobinas de certos grupos (militares, por exemplo), que frustrara a possibilidade de uma evolução democrática harmoniosa e inclusiva. Chama de jacobinos – inspirado em Burke – aqueles que dão as costas à experiência e à sabedoria acumuladas pelas respectivas histórias nacionais e que preconizam mudanças em receitas ou concepções abstratas de transformação social. O seu *Balmaceda* é uma reação a essa República recém-proclamada.

Em contraste com o Brasil, a “revolução chilena”, como a denomina Nabuco – liderada pelo Parlamento –, reconduz o país à República, uma República de práticas



Reprodução

**O futuro
embaixador
em 1901**

muito semelhantes às nossas práticas do Segundo Reinado. As duas situações eram simetricamente opostas e, na sua exposição didática, virtuosamente exemplares.

No Chile, havia se constituído, ao longo do século XIX, uma situação constitucional conservadora, criada e fortalecida por um arranjo oligárquico, sob a forma republicana e parlamentar. Garantiram-se, assim, as liberdades civis, um mínimo de jogo democrático e a estabilidade política. O Chile republicano do século XIX era muito semelhante ao Brasil monárquico. Ao tentar impor a força do Executivo contra o Parlamento, Balmaceda agira à semelhança do golpe militar republicano no Brasil. Haveria um paralelo evidente entre o presidente chileno e a figura de Floriano Peixoto.

Para além de reações de circunstância, visando à experiência republicana no Brasil, as obras de Nabuco na sua maturidade esboçariam também a sua resposta política ao diagnóstico radical sobre a estrutura socioeconômica brasileira que ele adotara desde a juventude. Em *Minha Formação*, escreverá: “A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil” (Nabuco, 1952, p. 232), que prolongava uma afirmação já antiga, proferida em 1884, durante a campanha abolicionista: “[Da escravidão] nasceu fatalmente a política negativa que nos abate, porque ficamos sem povo. A escravidão não consentiu que nos organizássemos, e sem povo as instituições não têm raízes, a opinião não tem apoio, a sociedade não tem alicerces... a vontade nacional não existe” (Nabuco, 1988, p. 31).

Essa gente abúlica, que não sabia dar organicidade às suas demandas, ameaçava a todo instante a ordem política. Durante a Revolução Praieira (está em *Um Estadista do Império*)

“[...] o povo acreditava ter dois inimigos que o impediam de ganhar a vida e adquirir algum bem-estar: [...] os portugueses, que monopolizavam o comércio nas cidades, e os senhores de engenho, que monopolizavam a terra no interior. A guerra dos praieiros era [...] mais que um movimento

político, era um movimento social. Ora, a dificuldade desses movimentos quando se organizam em partido está em descobrir uma fórmula que os satisfaça sem ser antissocial. [...]. O partido Praieiro foi um partido sem direção e sem disciplina, porque propriamente não foi senão um movimento de expansão popular. Os chefes deixavam levar-se pelo instinto das multidões que formavam o seu séquito, em vez de guiá-las e de procurar o modo prático de satisfazer, na medida do possível, o mal-estar que elas sentiam sem o saber exprimir” (Nabuco, 1997, vol. I, p. 114).

Horror à sociedade iníqua, temor da massa informe que dela resultava e desprezo pelas elites republicanas entregues às lutas pelo poder e por seus interesses imediatos são sentimentos que atravessam os escritos de Nabuco; sentimentos que se socorrem, diga-se de passagem, do pensamento antirrevolucionário do século XIX e do liberalismo advindo da Restauração Francesa.

Segundo ele, uma construção nacional brasileira bem-sucedida seria o resultado de um esforço civilizacional vindo do alto e que acomodasse ou integrasse o que resultara da escravidão: grupos sociais dispersos, vítimas ou dependentes do regime escravista, presas fáceis da sedução e do controle de demagogos e de tiranos. Nabuco vislumbrava então um dilema entre uma solução civilizada e um caminho bárbaro; dilema que ele acreditava ver tipificado em duas experiências sul-americanas caracterizadas em um parágrafo de *Um Estadista do Império*:

“Para mim, são os dois maiores esforços de energia que a América do Sul desenvolveu neste meio século: a resistência paraguaia e a Revolução chilena. Um, bárbaro, fanático, horrível, mas ainda assim sublime, alguma coisa de parecido com o incêndio de Moscou, porém mais vivo, mais palpitante, mais trágico, porque era com vidas humanas, e não com labaredas, que a nação fazia o deserto diante do invasor. A resistência paraguaia até o último homem, sinistra como

se torna pela loucura do tirano, quando se apossa do seu ânimo a suspeita de todos, é o grau de maior intensidade, o grau absoluto, a que o sentimento de pátria possa chegar. A Revolução chilena não traz esse cunho sombrio, exclusivo, intransigente, do gênio de Francia. É um fato de ordem moderna, jogo de molas inteiramente outras, resultado de educação oposta, corresponde a uma ordem superior de sentimentos, a outra classe de homens, mas, como esforço nacional, é também o atual limite humano” (Nabuco, 1997, vol. II, p. 793)

Nabuco parece querer emprestar intensidade retórica similar aos dois exemplos. Hesita entre a “resistência paraguaia” – descrita de maneira comovida – e a “revolução chilena”, a ela comparada por também ter atingido o “atual limite humano”; e essa hesitação nos faz pensar em uma outra, uma *instabilidade*, formulada no capítulo “Atração do Mundo” de *Minha Formação* e que se tornou célebre: “O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação, europeia”⁹. No parágrafo acima: o sentimento é paraguaio, a razão, chilena.

9 “Estamos assim condenados à mais terrível das instabilidades [...]. A instabilidade a que me refiro provém de que na América falta à paisagem, à vida, ao horizonte, à arquitetura, a tudo o que nos cerca, o fundo histórico, a perspectiva humana; que na Europa nos falta a pátria, isto é, a forma em que cada um de nós foi vazado a nascer. De um lado do mar sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do país. O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação, europeia” (cf. Nabuco, 1952, p. 48).

BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, José Almino de & PESSOA, Ana (orgs.). *Joaquim Nabuco: o Dever da Política*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2002.
- CANDIDO, Antonio. “Radicalismos”, in *Vários Escritos*. São Paulo, Livraria Duas Cidades 1995.
- _____. “A Compreensão da Realidade”, in *O Observador Literário*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2004.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “Casa-grande & Senzala e o Pensamento Social Brasileiro”, in Edson Nery da Fonseca; Guillermo Giucci; Enrique Larreta (orgs.). *Casa-grande & Senzala – Edição Crítica*. Madri, Unesco, 2002.
- GOMES, Ângela de Castro. “Rascunhos de História Imediata: de Monarquistas e Republicanos em um Triângulo de Cartas”, in *Remate de Males*, n. 24. Campinas, Departamento de Teoria Literária, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, 2004.
- LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999.
- NABUCO, Carolina. *A Vida de Joaquim Nabuco, por Sua Filha Carolina Nabuco*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1929.
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro, W. M. Jackson, 1952.
- _____. “Segunda Conferência no Teatro Santa Isabel. No 1º de novembro de 1884”, in *Campanha Abolicionista no Recife*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco-Massangana, 1988.
- _____. “Um Livro Elitista? Posfácio”, in Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império*. 5ª ed. Vol. II. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.
- _____. *O Abolicionismo*. São Paulo, Publifolha, 2000.
- _____. “O Dever do Monarquista”, in José Almino de Alencar & Ana Pessoa (orgs.). *Joaquim Nabuco: o Dever da Política*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2002.
- _____. *Balmaceda*. São Paulo, Cosac Naify, 2008.
- SANTIAGO, Silvano. “Atração do Mundo – Políticas de Globalização e de Identidade na Moderna Cultura Brasileira”, in Silvano Santiago. *O Cosmopolitismo do Pobre*. Belo Horizonte, UFMG, 2004.
- VERÍSSIMO, José. “Um Historiador Político”, in Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*. Vol. II. São Paulo, Topbooks, 1973.